

Estimula-o num diálogo criativo. Compromete-o, finalmente, na enunciação de uma obra. Fala, nela e para além dela, da beleza que salvará o mundo.

“Que beleza salvará o mundo?”, pergunta-se o Cardeal Martini num belo opúsculo que traz este mesmo título ⁶. A beleza da Páscoa, que reflecte o rosto de Cristo, aquele “selo”, forte como a morte e indomável como as torrentes do abismo, que o Amor grava na mão do artista, como no braço da esposa do *Cântico dos Cânticos* (Cant 8, 6)!

MÁRIO GARCIA, S.J. *

Economia, globalização e conceito cristão de Justiça

1. A globalização é o carácter expansivo da economia de mercado levado à escala mundial

Como o tema desta minha intervenção é “Economia, globalização e conceito cristão de Justiça” vou começar por definir o que entendo por globalização. Para mim a globalização é essencialmente o alargamento à escala mundial do predomínio da economia de mercado sobre outras formas de organização económica.

Este alargamento não acontece nem por acaso, nem por vontade expressa de grandes empresários e de políticos influentes, embora o acaso e a vontade de alguns indivíduos tenha aí certamente a sua parte. Ele resulta essencialmente do carácter intrinsecamente expansivo da economia de mercado decorrente de vários factores dos quais vou aqui destacar quatro.

1.1. Especialização baseada em vantagens comparativas

Para haver mercado é preciso haver divisão do trabalho. Muitas vezes esta divisão acontece porque as pessoas e as organizações produtivas têm vantagens comparativas no fabrico de determinados bens e serviços, isto é, conseguem-nos produzir com custos de oportunidade mais baixos do que outras unidades produtivas.

Ora quando as transacções se estabelecem entre organizações produtivas com base na especialização de cada uma nos produtos onde tem menores custos de oportunidades, as partes envolvidas, no seu conjunto, conseguem produzir mais do que se não transaccionassem entre si. Há

⁶ Carlo Maria Martini, *Que beleza salvará o mundo?*, Paulinas, Lisboa, 1999.

* Professor de Literatura Portuguesa no Curso de Humanidades da Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica Portuguesa.

assim **expansão** da produção e do consumo relativamente à situação onde cada organização vive em estado de auto-suficiência.

1.2. Criação de vantagens mútuas

Relacionado com o aspecto atrás referido, está o facto das transacções no mercado terem um carácter voluntário e, por isso, só ocorrem se proporcionarem vantagens mútuas aos parceiros nelas envolvidos. Este facto tem consequências expansionistas no que se refere ao âmbito da economia de mercado:

- os consumidores esforçam-se por encontrar produtores que lhes consigam vender os produtos que desejam ao preço mais baixo possível;
- os produtores também se esforçam por encontrar consumidores dispostos a comprar os seus produtos ao preço mais alto possível.

Há, por isso, intrínseco ao funcionamento da economia de mercado, um incentivo ao aparecimento de **novos** consumidores, de **novos** hábitos de consumo, de **novos** produtores e de **novos** métodos de produção.

1.3. O mercado gera a descoberta e o aproveitamento de economias de escala e de aglomeração

Desde muito cedo os seres humanos envolvidos em transacções de mercado se aperceberam que concentrar transacções diversas no mesmo local tem vantagens e que essa concentração, ao permitir **augmentar** a escala das transacções, conduz à redução de custos unitários que, por sua vez, motiva ainda mais **acréscimos** de produção e de comércio.

1.4. A motivação egoísta e a iniciativa empresarial

Só bens e serviços privados é que podem ser objecto de transacções de mercado. Bens e serviços privados são os que têm as seguintes propriedades:

- Rivalidade: ao serem consumidos por uma pessoa não podem ser consumidos por outra, pelo que o seu consumo por alguém diminui a quantidade disponível para consumo por parte das outras pessoas;
- Exclusão: existem mecanismos (de natureza técnica, legal, cultural, ou outra) que permitem condicionar o acesso ao consumo mediante o pagamento de um preço.

É evidente que bens e serviços com estas características são o objecto privilegiado de motivações de carácter egoísta. Ora motivações

deste tipo são geralmente muito importantes para estimular a capacidade de **empreender**: muitas pessoas empreendem, esforçam-se e arriscam se tiverem fundadas esperanças de poderem vir a colher os proveitos do que acham que se ficou a dever principalmente ao seu esforço.

É, por isso, que, na história humana, produção de bens e serviços privados, transacções de mercado e capacidade de empreender com motivos egoístas são factos que têm andado muito ligados entre si.

As quatro razões que acabei de expor são suficientes para provar o carácter expansionista de uma economia de mercado. Esta forma de organização económica nasce do rompimento da auto-suficiência na esfera familiar, local ou regional e da constatação das vantagens mútuas da abertura ao comércio, vantagens essas que se expandem com novos hábitos de consumo, novos produtos e inovações tecnológicas. É assim que a economia de mercado vai galgando fronteiras até se impor como forma dominante de organização à escala mundial puxada pelas motivações egoístas a que se presta como nenhuma outra.

2. As “novas tecnologias” são um factor acelerador do carácter expansionista da economia de mercado, mas não são a sua causa principal

Associa-se muitas vezes as chamadas “novas tecnologias” ao fenómeno da globalização. Não há dúvida de que os enormes progressos nas comunicações, juntamente com transportes cada vez mais rápidos e mais baratos contribuem para a globalização. Há que notar, no entanto, que as tendências no sentido da expansão da economia de mercado à escala mundial já vinham de um período anterior ao da emergência das “novas tecnologias”. Essas tendências têm que ver com os factos seguintes:

– numa primeira fase, a expansão da economia de mercado foi principalmente uma expansão “*em rede*” onde os nós principais eram cidades que comerciavam entre si (as “economias-mundo” de que falava Braudel), tendo à sua volta territórios rurais imensos onde muita da economia fugia ao domínio do mercado;

– numa segunda fase, a economia de mercado expandiu-se de forma “*auto-centrada*” através da criação de mercados internos dentro das fronteiras de estados nacionais, ou seja, os antigos territórios rurais foram-se esvaziando e urbanizando e foram-se desintegrando as antigas formas de organização não mercantis;

– as pressões fortes no sentido da globalização surgem quando a expansão da economia de mercado já não pode contar essencialmente com a expansão dos mercados internos delimitados pelas fronteiras dos estados nacionais e tem que as extravasar.

É nesta fase que o mundo se encontra neste momento. As “novas tecnologias” ajudam as economias de mercado a expandir-se para além das fronteiras dos estados nacionais, mas não estão na origem dessa necessidade de expansão. Não subvalorizemos, nem sobrevalorizemos, pois, o contributo destas tecnologias para o fenómeno da globalização.

3. A expansão da economia de mercado faz-se pela transformação de cada vez mais seres e objectos em valores de troca, ou seja, em valores comparáveis, comensuráveis e permutáveis

O que se transacciona no mercado são objectos avaliados como **valores de troca**, ou seja, como objectos *comparáveis* entre si, *mensuráveis* numa unidade comum e *permutáveis*. Esses objectos podem ser coisas materiais, objectos simbólicos, actos mais ou menos públicos ou mais ou menos íntimos das pessoas, o seu esforço produtivo, ou mesmo seres humanos reduzidos à condição de coisas.

Com a expansão do mercado vem, pois, a uniformização e a ideologia de que tudo se pode trocar por tudo, incluindo os próprios sentimentos e o que possa haver de mais íntimo no ser humano. Neste sentido a expansão da economia de mercado é a mais vasta operação que as sociedades humanas puseram em marcha com efeitos destrutores ou redutores das relações de alteridade que individualizam cada ser humano como pessoa e que pessoalizam as suas relações com os objectos que possuem ou produzem e com as coisas do mundo natural.

Com a globalização é este vasto processo destrutivo ou redutor das relações de alteridade que se estende à escala mundial.

Os **valores discursivos** ou de **troca simbólica** (Mendes, 2001) das culturas que a economia de mercado vai desintegrando e absorvendo na sua marcha redutora, ou desaparecem silenciosamente, já sem almas que os acolham, ou são empurrados para periferias residuais onde se acantonam os depositários desses valores importantes noutros tempos que resistem umas vezes de forma passiva e outras vezes de forma activa que pode chegar a ser violenta.

4. Ao uniformizar, a economia de mercado não igualiza, mas exclui. As disparidades que esta exclusão gera são ampliadas pela globalização

Vimos atrás que a economia de mercado, ao tornar os objectos valores de troca, torna-os comparáveis, comensuráveis e permutáveis e, por isso, redu-los a uma escala unidimensional. Este processo de uniformização que acompanha a mercantilização destrói muitas barreiras que antes faziam a desigualdade entre os seres humanos. Daqui não resulta, no entanto, que o mercado traga consigo uma era de igualdade, mesmo que se entenda esta como igualdade de oportunidades.

O que o mercado faz é aproximar uns e excluir outros:

– aproxima os que têm vantagens mútuas a explorar, ou seja, consumidores com disponibilidade suficiente para pagar e vendedores com capacidade para vender a preços suficientemente baixos para encontrar compradores;

– exclui os compradores sem disponibilidade para pagar e os vendedores que não conseguem reduzir os custos para encontrar compradores com disponibilidade para pagar.

As disparidades entre excluídos e incluídos no mercado aumentam em termos *absolutos* se o âmbito da economia de mercado se expandir como acontece quando a globalização avança.

Essas disparidades aumentam em termos **relativos** quando a economia de mercado gera e aproveita economias de escala que levam a uma concentração cada vez maior de actividades económicas no mesmo grupo empresarial e nos mesmos lugares centrais em detrimento de uma periferia que se esvazia e empobrece.

5. A economia de mercado torna-se capitalista quando mercantiliza a força de trabalho, mas esta continua a resistir à sua transformação numa mercadoria como as outras, embora a globalização a coloque perante novos riscos

A economia de mercado torna-se capitalista quando mercantiliza a força de trabalho. Esta, no entanto, não é uma mercadoria como as outras. Uma das suas especificidades mais fundamentais é o facto de ser **inseparável da pessoa** que a exerce.

A fase actual em que se encontra o processo de globalização coloca a força de trabalho assalariado face a novos riscos. Com efeito, na fase de expansão da economia de mercado capitalista auto-centrada nos limites dos espaços nacionais existia um *círculo virtuoso* que era favorável ao crescimento dos salários e do emprego: mais salários e mais emprego expandiam o mercado interno e geravam, por isso, mais produção e, a seguir, mais salários e mais emprego.

Com a globalização e a expansão extrovertida da economia de mercado capitalista este círculo virtuoso rompeu-se. Agora, para haver mais produção, é preciso haver mais exportações e, para haver mais exportações, é preciso ser competitivo. Ora o problema é que coexistem na economia mundial países com capacidade tecnológica e salários relativamente altos e países que também já têm capacidade tecnológica, mas salários relativamente baixos. Assim, estes últimos tendem a especializar-se em produtos com custos salariais relativamente mais baixos do que os dos países com salários mais altos. É, por isso, que nestes países assistimos às seguintes estratégias de crescimento económico no que se refere às actividades expostas à concorrência externa dos países de baixos salários:

- reduz-se o emprego ou eliminam-se conquistas sociais dos trabalhadores nas actividades expostas à concorrência externa;

- os trabalhadores despedidos ou que não encontram emprego nos sectores expostos à concorrência externa afluem ao sectores protegidos gerando pressões no sentido da baixa dos salários, ou situações de ineficiência, especialmente nas actividades onde a pressão do mercado é menor (caso de muitos serviços públicos).

Só melhoram a sua situação relativa os empresários e trabalhadores competitivos, ou seja, os que conseguem conquistar vantagens comparadas.

A globalização é assim fonte de novas disparidades dentro de que cada país.

Essa actividade essencial à realização da pessoa humana que é o trabalho está, pois, exposta a novos riscos com a globalização, riscos que dependem já não da gestão de uma procura fundamentalmente interna e, por isso, controlável pelos estados nacionais, mas da conquista de vantagens comparadas numa concorrência internacional cada vez mais complexa e aleatória.

6. A expansão da economia de mercado e a globalização também põem em causa outro aspecto fundamental da vida humana que é a solidariedade

Já vimos que a economia de mercado assenta na transacção de bens e serviços apropriados de forma privada. Por isso, a expansão da economia de mercado rompe com muitas formas de apropriação colectiva de objectos essenciais à vida humana. Se nessas formas de organização colectiva havia restrições à liberdade individual insuportáveis para muitos de nós nos dias de hoje, havia também muitas formas de solidariedade humana que nos fazem cada vez mais falta.

É, por isso, necessário reconstruir novos espaços de acção colectiva onde a solidariedade floresça e cada pessoa tenha um nome e um sentido de vida orientado para o bem comum, em vez do desnorte criado pelo individualismo egoísta e pela permutabilidade de tudo por tudo que a expansão do mercado alimenta.

É certo que o carácter expansivo da economia de mercado nesta fase de globalização em que se encontra não é todo poderoso. A maior parte das pessoas que o mercado desintegrou dos espaços colectivos tradicionais continuam a sentir a necessidade de recriar novas solidariedades, novas pertenças de grupo e novas formas de enraizamento num local que possam chamar seu. O problema é que muitas vezes essa profunda ânsia humana degenera em gangs, em holiganismo, em comunidades meramente virtuais, em seitas de carácter duvidoso e noutras formas de associação pouco recomendáveis.

Na era da globalização, esta profunda ânsia humana de solidariedade e de enraizamento num local, gera redes de pertença mais complexas do que no passado. Esta complexidade tem uma expressão que pode ser própria a cada indivíduo. O que se pode dizer de uma forma geral é que ela é susceptível de gerar aquilo que o sociólogo alemão da globalização, Ulrich Beck (Beck, 1992), designou por "**topopoligamia**", ou seja, o sentido de pertença que a mesma pessoa tem em relação a vários locais ao mesmo tempo:

- nas suas preferências clubísticas uma pessoa pode ser adepto do FCP e do Barcelona ao mesmo tempo;
- pode gostar de fado e de música country;
- pode gostar de sarabulho e de comida chinesa;
- pode sentir-se português e também brasileiro ou angolano, etc.

Reconstruir novos espaços de acção colectiva na era da globalização é, por isso, uma missão cheia das oportunidades e das dificuldades que esta complexidade produz.

7. A expansão do mercado mercantiliza valores da natureza e da pessoa humana e seculariza valores teológicos, mas não elimina o gosto pela natureza, o sentido do sagrado e a necessidade de novos ritos de purificação do corpo e da alma

Depois de falar dos novos riscos que a globalização traz consigo para aspectos fundamentais da vida humana como são o trabalho e a inserção em espaços colectivos solidários, falemos agora dessas outras dimensões fundamentais do ser humano que são o sentido do sagrado e os ritos de purificação do corpo e da alma.

A expansão do mercado mercantilizou muitos valores da natureza e da pessoa humana e secularizou valores teológicos, mas não eliminou o gosto do ser humano pela natureza, o seu sentido do sagrado e a necessidade de novos ritos de purificação do corpo e da alma (Matathia e Salzman, 2001). Por isso, assistimos hoje em dia a recriações diversas desses ritos: ginástica aeróbica e outras formas de exercício físico, comida vegetariana ou biológica, espiritismo, esoterismo, etc.

Sei que acabei de pôr coisas diferentes no mesmo saco, mas acho que é inegável haver um traço de união entre estas e outras reacções a uma sociedade que cortou muitas relações de equilíbrio entre o ser humano e a natureza e muitas pontes entre o ser humano e Deus.

8. Não ao globalismo

O sentido crítico das minhas observações anteriores deve ter sido suficiente para vos convencer de que não sou dos que acham que a globalização é um processo intrinsecamente bom para os seres humanos, ou seja, não sou adepto do que alguns designam por “**globalismo**”.

9. Não às várias formas de proteccionismo

Ser contrário ao globalismo não significa que se seja adepto dos proteccionismos de vária ordem:

– *proteccionismos “negros”* de regresso a nacionalismos que degeneraram em racismos e noutras formas de exclusão;

– *proteccionismos “verdes”* que degeneraram em fundamentalismos conservacionistas segundo os quais nada pode ser mudado ou alterado na natureza;

– *proteccionismos “vermelhos”* de retorno a um estado nacional total julgado capaz de prover a todas as necessidades individuais e sociais.

10. Sim ao conceito cristão de justiça. Face à globalização é preciso globalizar a justiça

Face à globalização, haverá então uma “terceira via” que não seja nem a crença ideológica na suma virtude do mercado que o globalismo apregoa, nem as defesas que os vários proteccionismos advogam?

Penso que o conceito cristão de justiça nos indica o caminho a seguir nesta matéria. Se quisesse resumir a minha ideia fundamental a este respeito, diria que face à globalização é preciso **globalizar a justiça**. Isto inclui não só a dimensão geográfica de estender a justiça a todos as partes do mundo, mas também conceber e praticar a justiça num sentido global, como o Evangelho nos manda.

Para isso é preciso regressar ao cerne donde emana todo o conceito cristão de justiça. Esse cerne está enunciado em várias passagens do Evangelho, mas vou aqui relembrar apenas uma que é suficiente para os nossos propósitos. É a passagem de Mateus 6, 33 onde Jesus diz “*Buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo*”.

O ponto de partida fundamental do conceito cristão de justiça é, pois, buscar acima de tudo o Reino de Deus, procurar escutar a palavra de Deus e fazer a Sua Vontade.

Ora o que é isso de fazer a Vontade de Deus?

Fazer a Vontade de Deus é querer ser como o Deus dos cristãos.

Parece uma arrogância dizer que fazer a Vontade de Deus é querer ser como o Deus dos cristãos, mas não é. É isso que nos é proposto muitas vezes ao longo da Bíblia, pelo menos desde aquela passagem do Génesis onde Deus diz: “*Façamos o ser humano à nossa imagem, à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam sobre a terra.*” (Gn 1, 26).

É, assim, muito claro que Deus sempre quis que o ser humano fosse Deus como Ele, não vivendo sob o medo da destruição pelas outras

criaturas do Universo, mas em harmonia com elas, não sujeito à finitude das coisas do Mundo, mas aberto ao Infinito de Deus.

Encontramos assim uma das dimensões fundamentais do conceito cristão de justiça que é o *personalismo*, ou seja, o profundo respeito pela dignidade da pessoa humana que é a dignidade da imagem de Deus.

Fazer a Vontade de Deus tem uma outra implicação fundamental para o conceito cristão de justiça. Deus diz-nos muitas vezes ao longo da Bíblia, especialmente no Novo Testamento, que não nos quer subjugados às leis dos homens, mesmo àquelas que os homens dizem terem feito em nome de Deus.

Quanto às leis civis, todos conhecemos a resposta de Jesus sobre o tributo a César: “*Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.*” (Mt 22, 21). Cuidado que aqui Jesus não nos diz para nos desinteressarmos das leis dos homens. Diz-nos é para nos guiarmos sempre e acima de tudo pela Vontade de Deus, pelo sopro do Espírito Santo na nossa consciência, escutado na oração. Ora isso pode e deve levar-nos muitas vezes a cumprir as leis dos homens quando elas nos parecerem conformes a essa Vontade de Deus, mas também nos pode e deve levar muitas vezes a lutar com todas nossas forças para mudar essas leis quando isso não acontecer. Quantas vezes os cristãos na sua acção de serviço aos outros se defrontam com leis injustas dos homens. Fazer a Vontade de Deus é contribuir para mudar esse estado de coisas.

Não deve haver, pois, subordinação absoluta da pessoa humana à ordem jurídica estabelecida se esta violar os princípios decorrentes da justiça divina. Como disse o Papa Pio XI na Encíclica *Quadragesimo Anno*, “o objecto natural de toda a intervenção em matéria social é ajudar os membros do corpo social e não destruí-los ou absorvê-los” (QA, 35). A intervenção das autoridades públicas deve ser, pois, um suplemento da acção livre, uma criação de condições para o exercício da liberdade individual em ordem ao bem comum. Encontramos assim uma outra dimensão fundamental do conceito cristão de justiça que é a *subsidiaridade*, princípio esse que o Papa João Paulo II enunciou do seguinte modo na *Centesimus annus*: “uma estrutura social de ordem superior não deve interferir na vida interna de um grupo social de ordem inferior, privando-o das suas competências, devendo antes apoiá-lo em caso de necessidade e ajudá-lo a coordenar a sua acção com as restantes componentes do corpo social, em ordem ao bem comum” (CA, 48). Assim, contra a tentação de respostas proteccionistas “estatizantes” ao processo da globalização, o conceito cristão de justiça oferece este princípio da subsidiaridade.

Voltando de novo ao ponto de partida fundamental do conceito cristão de justiça que é fazer acima de tudo a Vontade de Deus, há uma outra implicação importante que daí resulta. Recordemos passagens do Evangelho onde Jesus define o que significa fazer a Vontade de Deus. Falando a propósito dos judeus do seu tempo que hipocritamente se tinham enredado no cumprimento de leis supostamente de origem divina, Jesus disse: “*Se a vossa justiça não superar a dos doutores da Lei e dos fariseus, não entrareis no Reino do Céu.*” (Mt 5, 20). “*Nas vossas orações, não sejais como os gentios, que usam de vãs repetições, porque pensam que, por muito falarem serão atendidos. Não façais como eles, porque o vosso Pai celeste sabe do que necessitais antes de vós lho pedirdes.*”

Rezai, pois, assim:

Pai Nosso, que estais no Céu,

santificado seja o teu nome,

venha a nós o vosso reino,

seja feita a vossa vontade,

assim na terra como no Céu.” (Mt 6, 7-10).

Estas palavras de Jesus não podiam, pois, ser mais claras. Para sermos justos temos que, primeiro que tudo, ser capazes de rezar, fazendo silêncio na nossa consciência para podermos sentir a voz e o sopro do Espírito Santo, deixando-nos levar por Ele. E para onde é que nos costuma levar o sopro do Espírito Santo neste cumprimento da Vontade de Deus? A resposta encontramos-la de novo voltando-nos para Deus e para aquilo que sabemos da sua relação com os seres humanos. Para onde é que o Espírito Santo levou o próprio Deus? Encarnou-o num ser humano que foi Jesus e levou-o para o meio doutros seres humanos que, ainda por cima, não o acolheram de braços abertos, acabando por torturar e matar o seu corpo material, mas não a sua obra e as suas palavras que continuaram e continuarão vivas até ao fim dos tempos.

Para onde é que o sopro do Espírito Santo sabiamente escutado por todos os santos conhecidos e desconhecidos os levou no cumprimento da Vontade de Deus? Para o meio dos outros seres humanos, ajudando-os com os conselhos da palavra e com os alimentos que possam fazer falta ao corpo e incitando-os a lutar pelos direitos humanos.

É nisto que o Deus dos cristãos é muito diferente de deuses que os seres humanos foram inventando e continuam a inventar. O Deus dos cristãos não está lá no Céu, muito longe de nós, sem nos responder, indiferente às nossas alegrias ou sofrimentos, à espera dos nossos pedidos para satisfazer a troca do cumprimento de promessas. O Deus dos cristãos

é um Deus que está na Terra e bem na Terra, todos os dias, em nós próprios, se o quisermos acolher no nosso coração e na nossa vida, nas pessoas que nos estão mais próximas e nas que estão mais afastadas de nós, ricas ou pobres, a precisar de ajuda ou a querer juntar-se a nós para ajudar outras.

Encontramos assim uma outra dimensão fundamental do conceito cristão de justiça que é a *caridade*. Procurar ser justo não é só um acto espiritual de oração e um acto intelectual de razão, mas também um acto concreto de movimento permanente da totalidade de nós próprios indo ao encontro dos outros, vencendo as barreiras do isolamento que permanentemente construímos ou que constróem à nossa volta. Fazendo assim, abrimo-nos ao mundo **infinito** dos outros seres humanos, à riqueza imensa que cada um deles é, ao mundo infinito de Deus que está em cada pessoa com quem convivemos. Fazendo isto todos os dias vencemos a morte em que acabaríamos por cair se nos fechássemos no nosso pequeno mundo individual. Indo diariamente ao encontro dos outros dentro da nossa casa e fora da nossa casa deixamos nas pessoas que vamos encontrando pelo caminho um traço do melhor que temos em nós que lhes ficará na memória para sempre e que servirá de exemplo para outros. No final desse caminho na terra acederemos plenamente ao infinito de Deus que assim fomos encontrando na riqueza imensa de cada pessoa com quem nos soubemos relacionar e ajudar enquanto por cá andamos.

Ser como o Deus dos cristãos indo assim diariamente ao encontro dos outros dentro de casa e fora de casa é ser capaz de fazer o "*milagre da multiplicação dos pães*" como Ele fez. Não sei se todos percebemos profundamente o significado deste milagre. Talvez para alguns de nós o que aí aconteceu foi que Jesus, com o seu poder divino, fez com que cinco pães e dois peixes se tenham convertido, de repente, em milhares de pães e milhares de peixes que antes não existiam. Até pode ter sido isso que de facto aconteceu porque tal está ao alcance de Deus. Não me parece, no entanto, que seja esse o significado mais importante que Deus quer que se retire dessa história. Reparem que antes do milagre acontecer passou-se o seguinte:

– ao ver a grande multidão que o seguia, Jesus encheu-se de misericórdia e tratou dos seus enfermos;

– quando chegou o entardecer, os discípulos disseram a Jesus para mandar a multidão embora, para cada pessoa poder procurar alimento por si própria, mas Jesus não lhes deu ouvidos;

– em vez disso disse-lhes: "*Não é preciso que eles vão; dai-lhes vós mesmos de comer*". Responderam: "*Não temos aqui senão cinco pães e dois peixes.*" "*Trazei-mos cá*" – disse Ele. (Mt 14, 16-18).

Repare-se que Jesus começou este episódio por uma atitude de misericórdia por seres humanos que precisavam d'Ele e não os abandonou. Deixou o lugar deserto onde poderia ter ficado a descansar e foi ao encontro deles. Quando os seus maiores amigos e companheiros que eram os discípulos lhe disseram para Ele mandar cada um para casa tratar da sua vida, Jesus não lhes deu ouvidos. Ordenou aos seus discípulos para seguirem o Seu exemplo, fazerem como ele e darem às pessoas que precisavam de ajuda do muito ou do pouco que tinham, que nesse caso era o pão e os peixes que tinham para a sua refeição. Com o seu exemplo de ir ao encontro dos outros Jesus levou assim mais pessoas a fazerem o mesmo, começando pelos apóstolos que estavam com ele. O que pode depois ter acontecido na multidão que estava com Jesus é que cada pessoa também pode ter tirado do bolso do muito ou do pouco que tinha trazido para se alimentar e, fazendo como Jesus e como os seus discípulos, partilhou-o com quem estava ao seu lado. Assim, em vez do "desenrascate", do "salve-se quem puder", do "ir cada um para sua casa", Jesus levou os seus discípulos e levou cada pessoa daquela multidão a partilhar com as outras do muito ou do pouco que tinha consigo e que lhe fazia falta.

O final da história já sabemos qual foi: chegou para todos e ainda sobrou.

Por isso, só há fome, só há miséria, só há pobreza, só há solidão, só há falta de um verdadeiro sentido para a vida quando há a pobreza de espírito que leva cada um de nós a fechar-se no seu isolamento, ou a passar por cima de tudo e todos no "salve-se quem puder".

Face à globalização, é preciso regressar às origens do conceito cristão de justiça. Essas origens são a escuta e o cumprimento da Vontade de Deus, nas linguagens, nos sítios e nos objectos onde ela quotidianamente se manifesta. Escutar e cumprir Vontade de Deus é não se fechar em atitudes reducionistas, proteccionistas ou globalistas, mas sim abrir-se à globalidade do conceito cristão de justiça do qual sublinhei aqui algumas dimensões fundamentais que passo a recordar:

– a dimensão da **fé** e da **oração**;

– a dimensão **personalista** do respeito e da promoção da dignidade

da pessoa humana;

– a dimensão da **caridade**;

– a dimensão da **subsidiaridade**.

Cumprir na Terra este conceito global de justiça é fazer todos os dias o milagre da multiplicação dos pães que Jesus nos ensinou se quisermos aprender com ele.

Referências bibliográficas

Beck, Ulrich (1992). *Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Ediciones Paidós Iberica.

Mathalia, Ira & Marian Salzman (2001). *Tendencias. Estilos de vida para el nuevo milenio*. Barcelona: Editorial Planeta.

Mendes, Américo M. S. Carvalho (2001). *Filosofia e Teoria Micro-económica* (livro em preparação).

AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES

Reflexão cristológica e pluralismo cultural: sabedoria ou profecia?

Introdução

A palavra profeta tem sido usada muito correntemente, sobretudo a partir da era conciliar.

Talvez convenha, à partida, delimitar um pouco o seu significado.

Para o comum dos mortais, profeta é um homem que prediz o futuro. O termo foi usado em sentidos muito vastos, não apenas na literatura teológica, mas também nos media, para designar, genericamente, os que não hesitam em pôr em causa certos elementos do sistema em que cresceram, até mesmo eventualmente o conjunto desses sistemas, parecendo então a palavra profeta muito próxima do termo revolucionário.

Os dois usos – o designativo daquele que prediz e daquele que julga – são aplicados vulgarmente ao profetismo bíblico. Para o AT ser profeta de Deus não consistia unicamente em anunciar acontecimentos futuros, mas também em julgar, com julgamento divino, as coisas deste mundo e dizer o que elas valem no plano de Deus.

Nesta dupla perspectiva, nas palavras de Congar, o “profeta é o homem que se opõe a que o meio se torne um fim, a que a forma exterior seja procurada e servida por si mesma; aquele que lembra, sem cessar, que as formas têm a sua verdadeira fonte fora e acima de si mesmas; e que para lá de toda a letra liberta ardentemente o espírito”¹.

Os profetas são muito sensíveis às transformações históricas: recebem o dom de decifrar os sinais dos tempos.

¹ Y. Congar, *Vraie et fausse réforme de l'Église* (Paris 1950) 196-226.